

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE MÓVEIS DE UMA ESCOLA PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE IGUATU E SUA RELAÇÃO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Luís Carlos dos Santos¹
Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso²
Neidimar Lopes Matias de Paula³

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico – PPP - do curso Técnico em Móveis de uma Escola Estadual de Educação Profissional no município de Iguatu, Estado do Ceará, colocando este sob uma perspectiva regulamentar das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Para desenvolver a pesquisa proposta, realizou-se a análise do documento oficial da escola - o PPP, com o intuito de verificar de que forma esse documento está articulado com as orientações para o ensino técnico. Observou-se que a proposta da escola encontra-se condizente com o padrão da legislação brasileira que rege essa modalidade de ensino. E a escola, por conseguinte, atua trazendo para os jovens desse município e cidades vizinhas a possibilidade de um ensino integral de qualidade e a esperança de um futuro promissor.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Educação profissional de Nível Técnico; Diretrizes Curriculares Nacionais, Educação integrada e integral.

INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico são orientações para educação dos sistemas de ensino com modalidade profissional que visam promover a organização, articulação e desenvolvimento das propostas pedagógicas nacionais. Estas foram instituídas a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB) nº 6/2012 (CEARÁ, 2012). Conforme descreve o texto do documento, entende-se por diretriz “o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional dos cursos” (BRASIL, 2012).

¹ Mestrando em Economia Rural pela UFC. Discente do curso de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. IFCE Campus Iguatu.

² Doutorando em Economia Rural pela UFC. Discente do curso de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. IFCE Campus Iguatu.

³ Professora orientadora. IFCE Campus Iguatu.

No Ceará, o ensino profissionalizante surgiu numa conjuntura política de ensino médio aglutinado com educação profissional, seguindo as determinações da Lei Estadual N° 14.273, de 19/12/2008, a qual foi estimulada após o Governo Federal ter lançado, em 2007, o Programa Brasil Profissionalizado. Alinhado à política do governo federal, o governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação (SEDUC) criou em 2008 a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), visando expandir a oferta de ensino médio em articulação com a Educação Profissional de nível técnico (CEARÁ, 2015). As EEEPs no estado do Ceará têm realizado grandes transformações com sua nova forma de preparar os estudantes, observando pilares de grande relevância tais como: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Tudo isso agregado a um novo pensamento de ensino-aprendizagem baseado na Tecnologia Empresarial Sócio-educacional (TESE).

Este interesse no crescimento da Educação Profissional abrange uma discussão que perpassa as seguintes questões: Qual o tipo de escola que a sociedade brasileira necessita? Que perfis discentes são/serão formados nestas instituições? Para que e para quem interessa este tipo de formação? Daí entende-se que discutir e refletir sobre o currículo na educação nacional, observando as peculiaridades contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico e sua relação direta com as transformações que a sociedade vem sofrendo, constitui-se um fator relevante na preparação do jovem contemporâneo para o mundo do trabalho.

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico – PPP - do curso Técnico em Móveis na Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, localizado no município de Iguatu, Estado do Ceará, colocando este sob uma perspectiva de confrontá-lo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, identificando as aproximações e/ou distanciamentos existentes entre esses documentos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se quanto à forma de abordagem do problema como qualitativa, pois busca por resultados que não possam ser quantificados por meio da coleta de dados sem instrumentos formais. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental, uma vez que esta procura valer-se “de materiais que não receberam ainda um

tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

O lócus da pesquisa foi a EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro (Figura 1) que está situada na Rua Amália Brasil s/n, bairro Vila Moura, município de Iguatu, localizado na região Centro-Sul do estado do Ceará, que se configura como o principal pólo econômico da região.

Figura 1 – Visualização do Prédio da Escola



Fonte: CREDE 16 (2015)

As informações sobre a escola foram coletadas por meio do PPP. Para desenvolver este trabalho, procedeu-se a leitura do documento oficial da escola (PPP), visando analisar e confrontá-lo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Através da análise do PPP e, após estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, foram analisadas as aproximações/distanciamentos existentes entre os dois documentos.

Importante lembrar que o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. É impossível transformar um documento, é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. No entanto, torna-se, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas fontes que podem nos esclarecer sobre uma determinada situação (FIGUEIREDO, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção encontra-se a análise das leituras sobre a Educação Profissional no Brasil, associada à prática realizada em uma escola do município de Iguatu/CE.

A Educação Profissional no Brasil

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 5.692 aprovada em 1971, o ensino de 2.º grau, hoje ensino médio, tornou-se obrigatoriamente profissionalizante. O egresso poderia ingressar no mercado de trabalho e dar continuidade aos estudos na educação superior. No entanto, o ensino não preparava para o mercado e nem para a educação superior. A Lei foi alterada em 1982 e a profissionalização no ensino de 2.º grau passou a ser opcional. As causas da alteração foram: a falta de recursos financeiros, materiais humanos para a implantação dos cursos profissionalizantes; a ausência de pesquisa sobre o mercado de trabalho, pois as profissões não necessárias eram implantadas no lugar das necessárias à sociedade; a falta de entendimento da implantação da lei, pois muitos pensavam que a escola deveria ser profissionalizante e não o ensino. E por último e não menos importante, a falta de aceitação por parte da comunidade dos cursos profissionalizantes, pois continuavam com os mesmos estigmas do passado (VIEIRA e SOUZA JUNIOR, 2016).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394 aprovada em 1996, a Educação Profissional passa a ter um capítulo especial. Em 2011, com a implantação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), criado pelo Governo Federal surgem novas expectativas no sentido de democratizar a oferta de Educação Profissional, especialmente, a partir das metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação para o período de 2014 -2024.

Estudos como o de Vieira e Souza Junior (2016) apontam que a possibilidade de triplicar a oferta de Educação Profissional ainda está longe de atender a demanda existente, pois não se trata apenas dos egressos do ensino médio, mas também, dos egressos da Educação de Jovens e Adultos, daqueles que não conseguiram a continuidade dos estudos na educação superior e que há muitos anos esperam uma oportunidade de profissionalização para inserção no mercado de trabalho.

Educação Profissional no Brasil: uma trajetória de dualidade e exclusão

O processo de transformações nas políticas de Educação Profissional ao longo dos anos ocorreu de forma completamente dual, já que a relação entre trabalho e educação esteve mediada por necessidades impostas pelo sistema econômico e social vigente, descaracterizando, assim, o caráter ontológico do trabalho. É evidente que a consolidação do estágio monopolista do capital, o acirramento da luta de classes e a necessidade de

qualificação profissional para atender a demanda posta pelo acelerado processo de industrialização fizeram com que a Educação Profissional assumisse um caráter predominantemente tecnicista, norteada pelos princípios da teoria do capital humano (NOBREGA e SOUZA, 2015).

Desse modo, o Brasil foi progressivamente incorporando os ditames da profissionalização compulsória nos anos 1970, imposta pela Lei nº 5.692/71 que, no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino profissionalizante em nível médio, acabou por desqualificar o ensino público. A falta de recursos humanos e materiais para a implantação de cursos coerentes com as necessidades do mercado de trabalho foi um problema constante, o que comprometeu a qualidade desta modalidade de ensino, bem como os principais objetivos da Lei: a superação da dualidade na educação por meio da junção dos níveis propedêutico e profissional e a redução da procura por vagas no ensino superior. Pouco ou nada havia de preocupação com o processo cognitivo dos alunos, mas sim, com o resultado almejado. Os alunos advindos das camadas populares, a maioria que buscava este tipo de ensino, assemelhavam-se a operários em formação, aptos a compor um exército industrial de reserva para atender às demandas do governo, doutrinados por um ensino com características tecnicistas (NOBREGA e SOUZA, 2015).

O atual cenário da educação profissional no Brasil

Analisando a trajetória histórica do ensino profissional brasileiro, percebe-se que esta modalidade de ensino desde seu surgimento foi voltada para as classes menos favorecidas da população, com alguns objetivos relevantes em sua essência, dentre os quais se pode destacar a formação de mão-de-obra para as demandas do mercado e do capital, como o mais relevante dos propósitos da educação profissionalizante. Observando-se o desenvolvimento da rede federal de educação técnica e tecnológica e da oferta de Educação Profissional no país, é relevante a análise de que é necessário encontrar novas possibilidades para esta modalidade de ensino, a partir de alternativas contra-hegemônicas que aproveitem o momento político atual, ou seja, um cenário em que se presencia uma atuação mais efetiva do Estado e, além disso, uma efetivação mais acentuada de estratégias políticas voltadas para as classes menos favorecidas da sociedade (OLIVEIRA e COSSIO, 2013).

Dentre as possibilidades para a Educação Profissional identifica-se como uma questão relevante a superação da dicotomia existente entre o ensino técnico para as atividades manuais e o ensino propedêutico voltado para as atividades intelectuais. Devido a esta diferenciação

acentuada, evidencia-se a ausência de maior amplitude dos objetivos do ensino profissional, orientado, com maior ênfase, ao “como fazer” e permanecendo reduzido em relação às habilidades conceituais, que incentivam “o pensar” e com isso o surgimento de novas percepções e comportamentos e não apenas a reprodução alienada de conceitos e práticas que apenas fortalecem a disseminação das desigualdades sociais e econômicas da nação (OLIVEIRA e COSSIO, 2013).

Diante disso, é fundamental que o ensino profissionalizante contribua para o desenvolvimento econômico, mas também social do país, objetivando a construção de um país com uma economia sólida e próspera e, principalmente, com a formação de cidadãos que mais do que apenas alcançarem o mercado de trabalho, sejam capazes de questionar, discutir e inovar nas diferentes ações que realizam e nos espaços que ocupam e, com isso, possam vislumbrar e trabalhar para o desenvolvimento de um país que busque permanentemente reduzir as desigualdades sociais e oferecer condições dignas para seus cidadãos (OLIVEIRA e COSSIO, 2013).

Educação Profissional no Brasil: formação para o trabalho ou para a cidadania?

A consolidação de uma Educação Profissional integrada requer um planejamento de práticas e políticas educacionais que vão desde o debate sobre as questões curriculares às discussões sobre os anseios de professores, alunos e comunidade envolvida no processo educativo e, óbvio, a capacitação de todos os profissionais ligados às instituições que irão oferecer a nova modalidade de ensino. A Educação Profissional exigida pela sociedade contemporânea caracteriza-se pela incorporação das novas tecnologias, pelos novos modelos de gestão da produção, pela imperativa necessidade da formação de profissionais responsáveis não só pelas questões sociais, mas principalmente pelas ambientais e, acima de tudo, uma educação politécnica comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população. Este deve ser, então, o princípio fundamental das instituições de educação: formar profissionais técnica e politicamente preparados para atender as demandas da sociedade e do meio ambiente (PAULA e MACHADO, 2017).

Dentre as funções da instituição de ensino profissional encontra-se a de atuar como agente de transformação ensejando o desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, especialmente, da localidade e região na qual está inserida. Nesse sentido, ao assumir a condição de agente de desenvolvimento local e regional, as instituições não estarão negando seu papel de educadoras, senão reforçando sua atuação como

colaboradoras para o desenvolvimento do País. Essas unidades de ensino-aprendizagem devem se constituir em fundamentais espaços para a construção dos mecanismos de desenvolvimento local, regional e nacional. Portanto, é necessário extrapolar seus limites físicos, ir além da concepção de educação tecnológica ou profissional como apenas “instrumentalizadora” de indivíduos para um trabalho determinado por um mercado (PAULA e MACHADO, 2017).

Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará

O Estado cearense, por meio de sua política de currículo integrado ao ensino médio, que foi materializado pela oferta curricular de formação propedêutica, profissional e diversificada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, apresenta aproximações com a Lei 13.415/2017, que propõe uma nova reforma do ensino médio. Importante também considerar que, além das EEEP, outras políticas educacionais também poderão contribuir com as ações que visam a materialização dessa Reforma, dentre elas, destacam-se: 1) instituir a política de ensino médio em tempo integral no âmbito da Rede Estadual (Lei nº 16.287/2017) e, 2) unificar todas as escolas que fazem parte da rede cearense, inclusive as profissionais, ao modelo de gestão proposto pelo Instituto Unibanco. Segundo os dados do Ceará (2019), o estado Ceará tem atualmente 122 escolas integrais.

Nesse sentido, a política educacional do Estado converge com o que defende a reforma do ensino médio, que tem como base o princípio da flexibilização curricular, justificada pela necessidade de expandir o ensino para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente, competitiva e flexível (NASCIMENTO, 2018).

Relação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional De Nível Técnico com o PPP de uma Escola Profissional do Município de Iguatu/CE

Uma educação que se envolva com o mundo do trabalho está colocada de forma explícita em diversas passagens do Projeto Político Pedagógico das EEEP's do Ceará. Conforme os achados da pesquisa, pode-se observar que, no que diz respeito à abrangência, a escola está de acordo com as diretrizes nacionais, pois oferta cursos de nível técnico, como o analisado neste estudo, que é o curso técnico em móveis. O estudo revelou que este curso é ofertado no município de Iguatu/CE condiz com a com a demanda local de profissionais

técnicos nesta área, possibilitando melhor integração dos futuros técnicos em móveis ao mercado de trabalho.

Em relação à forma de funcionamento do curso, a escola caracteriza-se como integral, ou seja, os alunos permanecem diurnamente (manhã e tarde) na escola, realizando atividades diversas relacionadas ao curso. O curso integral proporciona ao aluno maior foco nas atividades teóricas e práticas desenvolvidas, pois os mesmos passam a vivenciar diariamente as variáveis que estão relacionadas ao eixo temático na qual o curso se insere.

O curso ora investigado possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação do aluno na área em que o mesmo desenvolveu atividades. Isto é vantajoso, pois o aluno já sai do ensino médio com uma certificação profissional, podendo atuar no mercado de trabalho como técnico em móveis em empresas públicas ou privadas.

A organização do curso é dada por eixo tecnológico, conforme orienta o catálogo nacional de cursos do MEC; portanto, inserido no eixo de produção industrial. O aluno realiza o estágio no 3º ano de estudo. Essa experiência fora da escola lhe perceber aproximações do que estudou no curso técnico, podendo associar teoria e prática da melhor forma possível, além de lhe proporcionar uma melhor compreensão do mundo do trabalho, além de sua inserção neste numa perspectiva local ou regional.

A base de planejamento do curso também segue o catálogo nacional de cursos do MEC, neste caso o curso técnico em móveis com carga horária de 1200h e a classificação brasileira de ocupações, com as seguintes especificações para o técnico em móveis: mobiliário, projetista de móveis e desenhista mobiliário. Neste sentido, o aluno já sai do curso com as competências e habilidades traçadas para o melhor desenvolvimento das atividades, no que diz respeito ao profissional técnico em móveis.

Conforme consta no PPP da escola em estudo, a finalidade do curso é formar jovens autônomos, capazes de tomar decisões, fazer escolhas, relacionar-se bem com o seu meio, preparados para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. De acordo com as comparações realizadas, a finalidade do curso condiz com as diretrizes curriculares desenvolvidas do mesmo.

Os princípios norteadores do PPP são atuar em empresas de grande porte e, inúmeras microempresas especializadas na produção de móveis, respeitando os valores universais união, respeito, confiança, compromisso, unidade, solidariedade, ética, humildade e fé. O intuito é que os alunos como futuros técnicos em móveis sejam inseridos no mercado profissional local, no qual há demanda para esta área.

Na Tabela 1, apresentam-se os pontos confrontados entre os documentos analisados para efetivação desse estudo.

Tabela 1 – Verificação da articulação do conteúdo dos documentos da escola com o propósito de ensino técnico

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional De Nível Técnico	Projeto Político Pedagógico
Abrange: Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Curso Técnico em Móveis
Formas: Articulada e Subsequente Podendo ser: Integrada ou Concomitante	Integrada
Possibilita: <ul style="list-style-type: none"> • A avaliação, • O Reconhecimento • A Certificação: <ol style="list-style-type: none"> i. Prosseguimento ii. Conclusão 	Conforme as Diretrizes Nacionais.
Organização do curso: <ul style="list-style-type: none"> • Por Eixos Tecnológicos • Normas Sistema de Ensino • Itinerário de profissionalização no mundo do trabalho 	Conforme o eixo tecnológico. <ul style="list-style-type: none"> • PRODUÇÃO INDUSTRIAL • No 3º ano o estágio supervisionado e o trabalho dos educadores da base técnica.
Base para planejamento: <ul style="list-style-type: none"> • Catálogos Nacionais de Cursos (MEC) • Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 	Conforme as Diretrizes. O curso forma para a PRODUÇÃO INDUSTRIAL <ol style="list-style-type: none"> i. Técnico em Móveis ii. 1200 horas Com as especificações para Técnico: <ol style="list-style-type: none"> i. Mobiliário. ii. Projetista de móveis. iii. Desenhista (mobiliário).
Finalidade: Proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional e da cidadania. Tem como base: Fundamentos Científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.	Formar jovens autônomos, capazes de tomar decisões, fazer escolhas, relacionar-se bem com o seu meio, preparando-os para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.
Princípios Nordeadores: Prepara para exercício das profissões técnicas <ul style="list-style-type: none"> • Visando formação Integral Respeitando: Na Vida Social e Profissional <ul style="list-style-type: none"> • Valores estéticos • Políticos • Éticos 	Atuar em empresas de grande porte e, inúmeras microempresas especializadas na produção de móveis, respeitando os valores universais união, respeito, confiança, compromisso, unidade, solidariedade, ética, humildade e fé.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Conforme o observado, o PPP da EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro está organizado numa perspectiva democrática e participativa, onde todos os membros da comunidade escolar podem opinar construir e reformular a política educacional dessa

instituição de ensino, sempre obedecendo às leis, diretrizes e normas que regem a Educação Profissional no estado do Ceará e no Brasil.

De acordo com os documentos analisados, as ações pedagógicas realizadas na escola foram pensadas, estrategicamente, a curto e/ou longo prazo. Portanto, a Escola desenvolve uma prática pedagógica voltada para a construção do conhecimento de forma partilhada, respeitosa, com o devido cuidado e zelo com as diferenças, procurando assegurar a integridade moral, cidadã, profissional e humana de todos que dela fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional ao longo da história vem sendo marcada por perspectivas de formação que apresentam uma valorização dos saberes práticos, dimensão que é inerente a aprendizagem de uma profissão, mas que necessita estar integrada aos aspectos teóricos, políticos e sociais, para constituir-se uma formação que entende o sujeito como um ser de pensamento e ação. Neste contexto, este trabalho teve como objetivo analisar o PPP do curso Técnico em Móveis na EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro, colocando este sob uma perspectiva de confrontá-lo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, identificando as aproximações e/ou distanciamentos entre esses documentos.

De acordo com o exposto, a análise do PPP demonstra que existe uma articulação entre a realidade geral da escola e as finalidades assumidas. A Proposta Curricular segue as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, organizada em conteúdos estruturantes, que apontam conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar. Assim, pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois se entende que o PPP está em conformidade com as diretrizes nacionais. Diante disso, a escola atua trazendo para os jovens desse município e cidades vizinhas a possibilidade de Educação Profissional pautada no ensino integral de qualidade e a esperança de um futuro promissor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3ª edição. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N° 6, de 20 de Setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Ministério da Educação. 2012.

CEARÁ. **LEI N° 14.273, de 19.12.08 (D.O. 23.12.08).** Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. SEDUC. 2015.

CEARÁ. **Secretaria de Educação do Ceará - SEDUC.** 2019. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=192:lista-escolas&catid=10:servicos&Itemid=344>. Acesso em 05/07/2019.

CREDE (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação). **Dados da Escola Estadual de Educação Profissional Lucas Emmanuel Lima Pinheiro.** Disponível em: <<https://crede16.seduc.ce.gov.br/index.php/38-endereco-escolas/escolas/2040-eeep-lucas-emmanuel-lima-pinheiro>>. Acesso em 05/07/2019.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica.** 2ª edição. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IGUATU. **Projeto Político Pedagógico.** EEEP Lucas Emmanuel Lima Pinheiro. Coodenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – Crede 16, Iguatu. 2014.

NASCIMENTO, A. C. V do. Escolas estaduais de educação profissional do Ceará: uma das estratégias de materialização da Lei 13.415/2017. **Anais... V CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO,** Recife, Pernambuco, v. 1, n. 5, 2018.

NÓBREGA. E. F; SOUZA. F. C. S. Educação Profissional no Brasil: uma trajetória de dualidade e exclusão. **Revista Ensino Interdisciplinar,** Mossoró, v. 1, n. 03, 2015.

OLIVEIRA, A. C.; CÓSSIO, M de. F. O atual cenário da educação profissional no Brasil. **Anais... XI EDUCERE,** Curitiba, Paraná, v. 1, n. 11, 2013.

PAULA, M. A. F de.; MACHADO, A dos. S. Educação profissional no Brasil: formação para o trabalho ou para a cidadania? **Anais... SEMINÁRIO GEPRÁXIS,** Vitória da Conquista, Bahia, v. 6, n. 6, 2017.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A de. A educação profissional no Brasil. **Interacções,** Lisboa, v. 12, n. 40, 2016.